

HÁ 5 ANOS DESENVOLVENDO AS PEQUENAS E MÉDIAS EMPRESAS DE SÃO PAULO.

MAIS DE R\$ 1,5 BILHÃO EM FINANCIAMENTOS QUE INCENTIVAM O CRESCIMENTO DA ECONOMIA.

A Desenvolve SP, instituição financeira do Governo de São Paulo, completou 5 anos de incentivos a pequenas e médias empresas do Estado, apoiando ideias inovadoras, projetos de ampliação e modernização.

Principais destaques do 1º semestre:

- ▶ Participação no Fundo de Investimento em Participações Aeroespacial, iniciativa conjunta da Embraer, da Desenvolve SP, do BNDES e da FINEP.
- ▶ Início do aporte no Fundo Inovação Paulista, com objetivo de investir em pequenas e médias empresas e *startups* de base tecnológica.
- ▶ R\$ 132 milhões financiados para projetos relacionados ao mundial de 2014. Linha Investimento Esportivo pela qual a Desenvolve SP financiou obras de infraestrutura turística de hotéis e centros esportivos em diversas cidades.
- ▶ Parceria com o Poupatempo Santos para a divulgação do Renova SP, que financia, a juro zero, a renovação da frota de caminhões no porto de Santos.
- ▶ Abertura da Linha Emergencial para a cidade de Itaoca, destinada à recuperação de empresas localizadas em cidades atingidas por catástrofes naturais.
- ▶ Início das operações de financiamento da Linha de Panificação e Confeitaria atendendo à Norma Reguladora NR12.

5 ANOS

PARA NÓS, INOVAÇÃO É CRESCIMENTO.



Relatório da Administração – 1º Semestre de 2014

1. DESENVOLVE SP – AGÊNCIA DE FOMENTO DO ESTADO DE SÃO PAULO S.A.

A **Desenvolve SP** é a Agência de Desenvolvimento do Governo do Estado de São Paulo que financia, por meio de linhas de crédito, o crescimento sustentável das pequenas e médias empresas e municípios paulistas.

Vinculada à Secretaria da Fazenda, a instituição possui sede na cidade de São Paulo e iniciou suas atividades em março de 2009, com capital integralizado de R\$ 1 bilhão.

Com foco no financiamento de projetos produtivos que resultam na geração de empregos e renda para população, a Desenvolve SP exerce papel fundamental no crescimento sustentável e competitivo da economia paulista.

Missão: Promover o desenvolvimento sustentável da economia paulista por meio de soluções financeiras.

Visão: Ser reconhecida como instituição financeira de referência no desenvolvimento sustentável da economia paulista.

Valores: Ética, transparência, excelência operacional e comprometimento com a sociedade.

1.1 Público Alvo

A **Desenvolve SP** atende as empresas dos setores da indústria, comércio, serviços e agronegócios com faturamento anual entre R\$ 360 mil a R\$ 300 milhões, instaladas e com sede no Estado de São Paulo.

As prefeituras e os órgãos da administração direta e indireta dos municípios também fazem parte do público atendido pela instituição, por meio de linhas de financiamento específicas para o setor público.

1.2 Parceiros

Por meio do modelo de atuação de parcerias com órgãos de classe, entidades representativas do segmento empresarial e fabricantes e revendedores de máquinas e equipamentos, a **Desenvolve SP** abrange todo o território paulista e viabiliza o acesso rápido aos financiamentos para as pequenas e médias empresas.

Neste 1º semestre, foram formalizadas 14 novas parcerias com fabricantes e revendedores de máquinas e equipamentos, totalizando 155 acordos operacionais.

1.3 Linhas de Financiamento e Programas de Governo

A **Desenvolve SP** contribui para o desenvolvimento sustentável do Estado de São Paulo por meio de operações de crédito consciente e de longo prazo. Com recursos próprios, oferece linhas de financiamento, para o setor privado, voltadas à expansão e modernização de pequenas e médias empresas de todos os setores da economia. As taxas de juros são a partir de 0,41% a.m., atualizada pelo IPC/Fipe, e com prazos que chegam até 120 meses para pagar. As modalidades de crédito são destinadas para:

- > **Projetos de investimento**
- > **Máquinas e equipamentos**
- > **Capital de giro**

No setor público, a instituição trabalha com linhas de crédito, com recursos próprios, que incentivam o crescimento dos municípios e contribuem para a melhoria da qualidade de vida da população paulista. As opções de financiamento são diversas e vão, desde a implantação ou ampliação da malha viária, parques industriais, centros de comercialização ou distribuição agropecuária, até a construção ou reforma de arenas multiuso para eventos esportivos, econômicos, culturais e sociais. As taxas de juros são a partir de 0,49% a.m., atualizada pelo IPC/Fipe, e com prazos de até 72 meses.

A **Desenvolve SP**, também, atua como agente repassador das linhas de financiamento do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), bem como da Financiadora de Estudos e Projetos (FINEP), por meio do Inovacred.

Alinhada às políticas públicas do Governo do Estado de São Paulo, a **Desenvolve SP** também financia projetos para o desenvolvimento de determinados setores e regiões mais carentes. Neste caso, **as taxas de juros são a partir de zero**, subsidiadas pelo Governo Estadual. São eles:

- Linha de Acessibilidade Urbana

Financia projetos que contemplem a implementação de plano de acessibilidade nos espaços públicos para pessoas com deficiência ou mobilidade reduzida, e que criem condições de inclusão social a esse público.

- Linha de Iluminação Pública

Financia projetos que contemplem a implantação, ampliação ou adequação do sistema de iluminação pública dos municípios.

- Linha de Financiamento à Indústria de Panificação e Confeitaria

O Governo do Estado de São Paulo, por meio da **Desenvolve SP** disponibiliza para empresas da Indústria de Panificação e Confeitarias uma linha de financiamento para aquisição de máquinas e equipamentos, para que as empresas possam se adequar e atender a Norma Regulamentadora do Ministério do Trabalho e Emprego nº 12 (NR12), que prevê a substituição de equipamentos para garantir a segurança dos trabalhadores e a redução dos acidentes de trabalho. As taxas de juros dos financiamentos são equalizadas pelo Governo do Estado, por meio do Fundo de Apoio a Contribuintes do Estado de São Paulo (Funac), subsidiando a taxa de juros a **zero** dos financiamentos em situação adimplente.

- Linha Emergencial para Recuperação de Empresas

O Governo do Estado de São Paulo, por meio da **Desenvolve SP**, disponibilizou a Linha Emergencial para Recuperação de Empresas, para atender as cidades onde foi decretado estado de emergência ou de calamidade pública em decorrência de eventos climáticos. Os financiamentos destinam-se às empresas comerciais, industriais e prestadoras de serviços, estabelecidas na cidade atingida, e contam com juros parcialmente subsidiados.

- Programa de Apoio Regional para o Vale do Ribeira

Linha de Financiamento com objetivo de promover o desenvolvimento econômico dos municípios situados na região do Vale do Ribeira por meio do financiamento ao agronegócio, comércio, serviços e indústria.

- Programa Saúde SP

O Governo do Estado de São Paulo, por intermédio da **Desenvolve SP**, lançou o SAÚDE SP, Programa de Incentivo à Infraestrutura de Saúde, para financiamento às Santas Casas paulistas e instituições filantrópicas de saúde, com subsídio de parte das taxas de juros da linha BNDES Saúde, por meio de repasses diretos da Secretaria da Saúde.

- Programa de Apoio ao Setor Avícola (Proavi)

Programa de apoio às empresas do setor avícola que efetuem o abate de aves no Estado de São Paulo, conforme autorização para vinculação de créditos acumulados de ICMS em garantia introduzida pelo Decreto Estadual nº 58.764, de 20 de dezembro de 2012.

- Programa São Paulo Inova

O São Paulo Inova é uma iniciativa do Governo do Estado de São Paulo para apoiar empresas paulistas de base tecnológica e de perfil inovador.

O programa conta com duas linhas de financiamento em operação, com recursos da **Desenvolve SP**, que atendem empresas baseadas no Estado de São Paulo que tenham perfil inovador e com foco naquelas instaladas em incubadoras e nos parques tecnológicos.

O programa ainda contempla a constituição do Fundo de Investimento Inovação Paulista, cujo objetivo é fomentar as empresas de perfil inovador, com potencial para geração de novos produtos, agregando valor e beneficiando a economia e a população paulista.

- Programa Renova SP

O Programa de Incentivo à Renovação de Frota de Caminhões do Estado de São Paulo, instituído pelo Decreto Estadual nº 58.093, de 30 de maio de 2012, e denominado Renova SP, tem a finalidade de modernizar a frota de caminhões no Estado, por meio de linhas de financiamento operadas pela **Desenvolve SP**, com recursos próprios ou mediante repasse de recursos de outras instituições de fomento ou desenvolvimento.

1.4 Fundos de Investimento

A **Desenvolve SP** possui atualmente posições em cinco Fundos de Investimento em Participações.

Idealizado pela **Desenvolve SP**, o **Fundo Inovação Paulista**, ligado ao **Programa São Paulo Inova**, tem como investidores institucionais, a Financiadora de Estudos e Projetos (FINEP), a Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo (Fapesp), o Serviço de Apoio às Micro e Pequenas Empresas de São Paulo (Sebrae-SP), e o Banco de Desenvolvimento da América Latina (CAF). Seu foco setorial são empresas inovadoras no setor de tecnologia da informação e comunicação, tecnologias agropecuárias, novos materiais/nanotecnologias e tecnologias em saúde. Capital subscrito: R\$ 105 milhões.

A **Desenvolve SP** será uma das investidoras do Fundo de Investimento em Participação destinado aos setores aeroespacial, defesa, segurança e integração de sistemas (**Fundo Aeroespacial**), cujos outros investidores serão a Finep, o BNDES Participações S.A. (BNDESPar) e a Empresa Brasileira de Aeronáutica S.A. (Embraer). O patrimônio inicial do fundo é estimado em R\$ 131,3 milhões.

O **Fundo Performa SC-I** tem como objetivo o investimento em empresas emergentes inovadoras localizadas no estado de São Paulo e tem como foco setorial investimentos no setor de tecnologias sustentáveis (*clean tech*), biotecnologia, aplicações médicas, nanotecnologia e tecnologia da informação. Capital subscrito: R\$ 26 milhões.

O **Fundo CRP Empreendedor** é um Fundo de Investimento em pequenas e médias empresas emergentes e inovadoras nacionais, sendo foco empresas localizadas nos estados do Rio Grande do Sul, Santa Catarina, Paraná e São Paulo. Tem como foco setorial empresas do setor de petróleo e gás, bens de capital, energias renováveis, nanotecnologia, fármacos, biotecnologia e novos materiais. Capital subscrito: R\$ 100,7 milhões.

O **Fundo BBI Financeiro I** tem como objetivo o tema de ciências da vida e atua com foco setorial em empresas biofarmacêuticas, farmacêuticas, de equipamentos médicos, diagnósticos, saúde, serviços de bem estar, biotecnologia agrícola, biotecnologia industrial, biocompatíveis e bioquímicos, localizados no Brasil. Capital subscrito: R\$ 168,4 milhões.

2. DESEMPENHO FINANCEIRO

A **Desenvolve SP** registrou, no 1º semestre de 2014, lucro líquido de R\$ 22,1 milhões. Com Patrimônio Líquido de R\$ 1.045 milhão, o Retorno Anualizado sobre o Patrimônio Líquido (ROAE), em 30 de junho de 2014, foi de 4,33%. O resultado bruto da intermediação financeira foi de R\$ 52,1 milhões, com saldo líquido entre despesas operacionais e outras receitas de R\$ 19,9 milhões, gerando resultado operacional de R\$ 32,2 milhões.

O total de ativos alcançou R\$ 1.366 milhões, em 30 de junho de 2014, composto por 33,7% de títulos e valores mobiliários, 0,9% de operações compromissadas, 2,9% de outros ativos e 62,5% de operações de crédito, com carteira composta com 68,2% de recursos próprios e 31,8% com recursos do BNDES.

3. DESEMPENHO OPERACIONAL

3.1. Desembolsos

Os desembolsos acumulados da **Desenvolve SP**, desde 2009, já totalizam R\$ 1,5 bilhão, em mais de 2,7 mil operações de créditos realizadas em 229 cidades. No 1º semestre de 2014, foram desembolsados R\$ 240 milhões, 60,4% acima do mesmo período de 2013. Em relação ao porte, as micro, pequenas e médias empresas representam 71,7% dos desembolsos.

3.2. Saldo das Operações de Crédito

O saldo das operações de crédito totalizou R\$ 884 milhões, em 30 de junho de 2014, um crescimento de 15,2% no ano, e de 33,7% se comparado com junho de 2013. Segundo

dados do Banco Central do Brasil (Bacen), o mercado de crédito para pessoa jurídica cresceu 4,2% no primeiro semestre e 11,8% nos últimos 12 meses.

As operações de financiamento para projetos de investimento e aquisição de máquinas e equipamentos são as de maior representatividade, com 90,2% da carteira, consolidando o papel da **Desenvolve SP**, como importante instrumento para a promoção do desenvolvimento da economia do Estado de São Paulo.

4. GESTÃO DE PESSOAS

Com um quadro de pessoal qualificado e tecnicamente preparado, a **Desenvolve SP** conta, em junho de 2014, com 137 colaboradores ativos, incluindo 04 Diretores, e, além destes, mais 19 estagiários e 05 jovens aprendizes.

Na **Desenvolve SP** os graduados ocupam 100% do quadro, sendo 30% pós-graduados. A média da idade é de 39 anos e, dos cargos comissionados, 59% são ocupados por mulheres.

Valores morais como respeito, seriedade, honestidade, lealdade fazem parte da conduta e postura profissional de nossos colaboradores.

5. DESTAQUES 2014

> **A Desenvolve SP completou, em março, cinco anos de atuação**, ajudando no desenvolvimento da economia paulista e na melhoria da qualidade de vida da população.

> **Disponibilização da Linha Emergencial para Itaóca**, programa especial destinado à recuperação de empresas localizadas em cidades atingidas por catástrofes naturais, as quais decretaram estado de calamidade pública. Em janeiro, fortes chuvas ocasionaram enchentes que devastaram o município de Itaóca e os empresários puderam solicitar recursos para reconstruir estabelecimentos comerciais, repor estoques e realizar a compra de máquinas e equipamentos. A taxa de juros é de 1% a.a. com prazo de até 10 anos e carência de até 24 meses.

> **Realização do 2º e do 3º leilões de créditos acumulados de ICMS do setor avicultor**. Numa ação pioneira no País, a **Desenvolve SP** aceitou os créditos de ICMS do setor, retidos junto à Secretaria da Fazenda, como garantia em operações de capital de giro aos avicultores. Com a medida, os empresários puderam acessar o financiamento e reestruturar suas atividades. Os dois leilões foram realizados em fevereiro e maio, respectivamente.

> **A Desenvolve SP firmou, em abril, parceria com o Poupatempo Santos** e criou um posto de atendimento no local para atender exclusivamente caminhoneiros prestadores de serviço da Baixada Santista que desejam participar do Renova SP, Programa de Incentivo à Renovação da Frota de Caminhões, que financia a juros zero, subsidiado pelo Governo do Estado, a substituição de caminhões com mais de 30 anos. Com o novo posto no Poupatempo de Santos, a **Desenvolve SP** ampliou o alcance do programa para atender ainda mais caminhoneiros.

> Em maio, foi lançado o **Fundo de Investimento em Participações (FIP) Aeroespacial**, primeiro na América Latina voltado para o setor. Resultado de uma iniciativa conjunta da Embraer, **Desenvolve SP**, BNDES e o FINEP com o objetivo de fortalecer a cadeia produtiva aeroespacial, aeronáutica, de defesa e segurança e promover a integração de sistemas relacionados a esses setores por meio de apoio, inclusive, às pequenas e médias empresas. O patrimônio inicial estimado do fundo é de R\$ 131,3 milhões.

> Ainda no mesmo mês, a **Desenvolve SP** aprovou a implantação da linha com repasses do BNDES, **Linha MPME Inovadora**, com objetivo de ampliar as opções de acesso ao crédito sustentável aos micros, pequenos e médios empresários que desejam financiar a introdução de processos e produtos inovadores e sua implantação no mercado. A taxa de juros é a partir de 4% ao ano, com prazo de até 10 anos e carência de até 24 meses.

> **R\$ 132 milhões financiados para projetos relacionados à Copa do Mundo de 2014**. Valor do balanço das operações realizadas por meio da Linha Investimento Esportivo pela qual a **Desenvolve SP** financiou obras de infraestrutura turística de hotéis e centros esportivos em diversas cidades do Estado de São Paulo.

> **O Fundo Inovação Paulista**, lançado pela **Desenvolve SP**, iniciou a fase de captação de empresas inovadoras para investimento ainda neste ano. O fundo conta com patrimônio de R\$ 105 milhões e tem como investidores, além da **Desenvolve SP**, a Fapesp, a Finep, o Sebrae-SP e o Banco de Desenvolvimento da América Latina (CAF). O objetivo do fundo é investir em pequenas e médias empresas e *startups* de base tecnológica, ampliando as ações do Governo de São Paulo no fomento à inovação.

> **A Desenvolve SP e o Banco de Desenvolvimento da América Latina (CAF) assinaram um convênio** de parceria que servirá para dar apoio a iniciativas de pequenas e médias empresas e municípios paulistas, voltadas ao desenvolvimento sustentável da economia no Estado de São Paulo.

O objetivo é ampliar as opções de financiamento de projetos de investimento relacionados à infraestrutura, saneamento básico, energia e resíduos sólidos, contribuindo para a redução das emissões dos gases causadores do efeito estufa, a geração de empregos e a qualidade de vida da população.

> **Revista Desenvolve SP - 2ª edição**. Com proposta ousada e inovadora, a Revista **Desenvolve SP** procura não só informar, mas inspirar o empreendedor paulista. A publicação aborda a importância de fundamentos como planejamento, a boa gestão e a cultura empreendedora no processo de construção de uma empresa forte e sustentável com boa governança, com dicas de onde o empresário pode encontrar auxílio nessas etapas e muitas histórias de sucesso de empreendedores que conseguiram chegar mais longe com o financiamento de longo prazo planejado. A revista tem distribuição gratuita e está disponibilizada no site.

Demonstrações Financeiras em 30 de junho de 2014

Balancos patrimoniais em 30 de junho de 2014 e 2013 (Em milhares de Reais)

| Ativo | Nota | 30.06.2014 | 30.06.2013 |
|---|----------|------------------|------------------|
| Circulante | | 237.719 | 343.988 |
| Aplicações interfinanceiras de liquidez | | 11.699 | 19.795 |
| Aplicações no mercado aberto | | 11.699 | 19.795 |
| Títulos e valores mobiliários e instrumentos financeiros derivativos | 5 | 389 | 111.962 |
| Carteira própria | | 389 | 111.962 |
| Operações de crédito | 6 | 209.605 | 188.209 |
| Setor público | | 37.657 | 29.235 |
| Setor privado | | 185.897 | 178.093 |
| (Provisão para operações de crédito) | | (13.949) | (19.119) |
| Outros créditos | | 9.762 | 23.191 |
| Rendas a receber | | 372 | - |
| Diversos | 7 | 9.390 | 23.191 |
| Outros valores e bens | | 6.264 | 831 |
| Bens não de uso próprio | | 6.234 | 773 |
| Despesas antecipadas | | 30 | 58 |
| Não circulante | | 1.122.205 | 907.291 |
| Títulos e valores mobiliários e instrumentos financ. derivativos | 5 | 460.027 | 453.297 |
| Carteira própria | | 460.027 | 453.297 |
| Operações de crédito | 6 | 644.781 | 437.789 |
| Setor público | | 101.096 | 89.883 |
| Setor privado | | 558.887 | 363.575 |
| (Provisão para operações de crédito) | | (15.202) | (15.669) |
| Outros créditos | | 17.397 | 16.205 |
| Diversos | 7 | 17.397 | 16.205 |
| Permanente | | 6.419 | 3.008 |
| Investimentos | | 5.149 | 2.005 |
| Ações e cotas | | 5.149 | 2.005 |
| Imobilizado de uso | | 1.169 | 920 |
| Outras imobilizações de uso | | 1.446 | 1.069 |
| (Depreciações acumuladas) | | (277) | (149) |
| Intangível | | 101 | 83 |
| Outros ativos intangíveis | | 252 | 190 |
| (Amortização acumulada) | | (151) | (107) |
| Total do ativo | | 1.366.343 | 1.254.287 |

| Passivo | Nota | 30.06.2014 | 30.06.2013 |
|--|-----------|------------------|------------------|
| Circulante | | 106.342 | 86.280 |
| Depósitos | 9 | 242 | 1.101 |
| Depósitos vinculados | | 242 | 1.101 |
| Obrigações por repasses do País | | | |
| Instituições Oficiais | 10 | 76.931 | 59.458 |
| BNDES | | 36.621 | 25.094 |
| FINAME | | 40.310 | 34.364 |
| Outras obrigações | 11 | 29.169 | 25.721 |
| Cobrança e arrecadação de tributos | | 178 | 59 |
| Obrigações sociais e estatutárias | | 6.685 | 7.724 |
| Obrigações fiscais e previdenciárias | | 10.742 | 7.749 |
| Recursos para destinação específica | | 5.414 | 430 |
| Diversos | | 6.150 | 9.759 |
| Não circulante | | 214.960 | 132.502 |
| Obrigações por repasses do País | | | |
| Instituições Oficiais | 10 | 195.556 | 131.127 |
| BNDES | | 86.623 | 32.307 |
| FINAME | | 108.933 | 98.820 |
| Outras obrigações | 11 | 19.404 | 1.375 |
| Obrigações fiscais e previdenciárias | | 95 | - |
| Recursos para destinação específica | | 18.984 | 1.375 |
| Diversos | | 325 | - |
| Patrimônio líquido | 13 | 1.045.041 | 1.035.505 |
| Capital social | | 1.000.000 | 1.000.000 |
| Ações ordinárias - País | | 1.000.000 | 1.000.000 |
| Reservas de lucros | | 45.041 | 35.505 |
| Total do passivo | | 1.366.343 | 1.254.287 |

Demonstrações de resultados Semestres findos em 30 de junho de 2014 e 2013 (Em milhares de Reais)

| | 1º semestre de 2014 | 1º semestre de 2013 |
|--|------------------------|------------------------|
| | Nota | |
| Receitas da intermediação financeira | 72.598 | 54.702 |
| Operações de crédito | 46.920 | 34.256 |
| Resultado de operações com títulos e valores mobiliários | 25.678 | 20.446 |
| Despesas da intermediação financeira | (20.491) | (23.702) |
| Operações de empréstimos e repasses | (6.169) | (3.674) |
| Provisão para operações de crédito | (14.322) | (20.028) |
| Resultado bruto da intermediação financeira | 52.107 | 31.000 |
| Outras receitas/despesas operacionais | (19.912) | (21.919) |
| Rendas de tarifas bancárias | 2.312 | 1.194 |
| Despesas de pessoal | 12 (12.226) | (10.335) |
| Outras despesas administrativas | 12 (8.065) | (10.034) |
| Despesas tributárias | 12 (3.446) | (2.575) |
| Outras receitas operacionais | 2.065 | 239 |
| Outras despesas operacionais | (552) | (408) |
| Resultado operacional | 32.195 | 9.081 |
| Resultado não operacional | (218) | 10 |
| Resultado antes da tributação sobre o lucro e participações | 31.977 | 9.091 |
| Imposto de renda e contribuição social | 14 (8.999) | 687 |
| Provisão para imposto de renda | (7.633) | (5.501) |
| Provisão para contribuição social | (4.593) | (3.313) |
| Ativo fiscal diferido | 3.227 | 9.501 |
| Participações estatutárias no lucro | (851) | (811) |
| Lucro líquido | 22.127 | 8.967 |
| Juros sobre capital próprio | 13 (8.734) | (6.920) |
| Lucro por ação (R\$) | 13 0,02213 | 0,00897 |

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

continua...

FINANCIAMENTO DE PROJETOS EMPRESARIAIS COM A LINHA INVESTIMENTO ESPORTIVO.

DESENVOLVE SP
Agência de Desenvolvimento Paulista

GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido Semestres findos em 30 de junho de 2014 e 2013 (Em milhares de Reais)

| | Capital realizado | Aumento de capital | Reservas de lucros | | | Lucros ou prejuízos acumulados | Total |
|-------------------------------|-------------------|--------------------|--------------------|--------------------|----------|--------------------------------|-------|
| | | | Legal | Especiais de lucro | | | |
| Saldos em 01/01/2013 | 1.000.000 | - | 5.776 | 27.682 | - | 1.033.458 | |
| Lucro líquido do semestre | - | - | - | - | - | 8.967 | |
| Destinações: | | | | | | | |
| Reservas | - | - | 448 | 1.599 | (2.047) | - | |
| Dividendos | - | - | - | - | - | - | |
| Juros sobre o capital próprio | - | - | - | - | (6.920) | (6.920) | |
| Saldos em 30/06/2013 | 1.000.000 | - | 6.224 | 29.281 | - | 1.035.505 | |
| Mutações do semestre | - | - | 448 | 1.599 | - | 2.047 | |
| Saldos em 01/01/2014 | 1.000.000 | - | 7.252 | 27.682 | - | 1.034.934 | |
| Lucro líquido do semestre | - | - | - | - | - | 22.127 | |
| Destinações: | | | | | | | |
| Reservas | - | - | 1.106 | 9.001 | (10.107) | - | |
| Dividendos | - | - | - | - | (3.286) | (3.286) | |
| Juros sobre o capital próprio | - | - | - | - | (8.734) | (8.734) | |
| Saldos em 30/06/2014 | 1.000.000 | - | 8.358 | 36.683 | - | 1.045.041 | |
| Mutações do semestre | - | - | 1.106 | 9.001 | - | 10.107 | |

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Notas explicativas às Demonstrações Financeiras Semestres findos em 30 de junho de 2014 e 30 de junho de 2013 (Em milhares de Reais)

1 - Contexto operacional

A Desenvolve SP - Agência de Fomento do Estado de São Paulo S.A. é uma Instituição Financeira de Capital Fechado, constituída sob a forma de sociedade anônima de economia mista, pela Lei Estadual nº 10.853/2001 e regulamentada pelo Decreto nº 52.142/2007, sendo parte integrante da administração indireta do Estado de São Paulo.

As operações são regulamentadas pela Resolução CMN nº 2.828, de 30 de março de 2001, e alterações. A instituição iniciou suas atividades operacionais em 11 de março de 2009, após autorização de funcionamento do Banco Central do Brasil, obtida em 11 de fevereiro de 2009. Sua missão é promover o desenvolvimento sustentável da economia paulista por meio de soluções financeiras. Podendo praticar operações através de recursos próprios e repasses de recursos captados no País e no exterior originários de:

- Fundos governamentais;
- Orçamento estadual;
- Organismos e Instituições Nacionais e Internacionais de Desenvolvimento.

Também faz parte do objeto social a prestação de garantias, a prestação de serviços de consultoria e de agente financeiro, bem como a administração de fundos de desenvolvimento, observado o disposto no art. 35 da Lei Complementar Federal nº 101, de 4 de maio de 2000.

2 - Apresentação das Demonstrações Financeiras

As Demonstrações Financeiras foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil. A apresentação dessas Demonstrações Financeiras está em conformidade com o Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro (COSIF).

Em 13/08/2014, a Diretoria Colegiada aprovou a conclusão das Demonstrações Financeiras da Desenvolve SP - Agência de Fomento do Estado de São Paulo.

3 - Alterações na Lei das S.A. (Lei nº 6.404)

A Lei nº 11.638, publicada no Diário Oficial da União em 28 de dezembro de 2007 e complementada pela Lei nº 11.941 de 27 de maio de 2009, alterou diversos dispositivos da Lei nº 6.404 (Sociedade por Ações). Com vistas a regulamentar essas alterações, o Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) editou/revisou diversos pronunciamentos contábeis de 2008 a 2013, sendo que os recepcionados pelo Banco Central do Brasil foram:

| Pronunciamento Técnico | Data da Divulgação | IASB | BACEN Resolução CMN |
|--|--------------------|-----------|---------------------|
| CPC 00 (R1) Estrutura Conceitual para Elaboração e Divulgação de Relatório Contábil-Financeiro | 15/12/11 | Framework | 4.144/12 |
| CPC 01 (R1) Redução ao Valor Recuperável de Ativos | 7/10/10 | IAS 36 | 3.566/08 |
| CPC 03 (R2) Demonstração dos Fluxos de Caixa | 7/10/10 | IAS 7 | 3.604/08 |
| CPC 05 (R1) Divulgação sobre Partes Relacionadas | 7/10/10 | IAS 24 | 3.750/09 |
| CPC 10 (R1) Pagamento Baseado em Ações | 16/12/10 | IFRS 2 | 3.989/11 |
| CPC 23 Políticas Contábeis, Mudança de Estimativa e Retificação de Erro | 16/09/09 | IAS 8 | 4.007/11 |
| CPC 24 Evento Subsequente | 16/09/09 | IAS 10 | 3.973/11 |
| CPC 25 Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes | 16/09/09 | IAS 37 | 3.823/09 |

Com exceção dos pronunciamentos relativos à Redução ao Valor Recuperável de Ativos e Pagamento Baseado em Ações, todos os demais recepcionados pelo Banco Central do Brasil demandaram adequações na elaboração das Demonstrações Financeiras da Instituição.

4 - Principais práticas contábeis

a) Receitas e despesas
As receitas e despesas são registradas de acordo com o regime de competência, com exceção das rendas provenientes das operações de crédito vencidas há mais de 60 dias, que serão registradas como receita efetiva, somente na data do seu recebimento.

b) Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa incluem dinheiro em caixa, depósitos bancários e aplicações em títulos e valores mobiliários de curto prazo, de alta liquidez, com vencimento igual ou inferior a 90 dias entre a data de aquisição e a data de vencimento, que são prontamente convertíveis em um montante conhecido de caixa e que estão sujeitas a um insignificante risco de mudança de valor. Em 30 de junho de 2014, o caixa e equivalentes de caixa estavam assim compostos:

| | 30.06.2014 | 30.06.2013 |
|---|---------------|---------------|
| Aplicações Interfinanceiras de Liquidez | 11.699 | 19.795 |
| Títulos e valores mobiliários - Cotas de fundos de investimento | 389 | 428 |
| Total da Caixa e Equivalentes de Caixa | 12.088 | 20.223 |

c) Títulos e valores mobiliários

Os títulos e valores mobiliários que compõem a carteira própria foram registrados pelo seu custo de aquisição, acrescidos dos rendimentos auferidos até a data do balanço. Os fundos de investimento são registrados pelo valor da cota divulgada pelo Administrador.

As agências de fomento estão dispensadas da aplicação da Circular Bacen nº 3.068, de 8 de novembro de 2001, a qual estabelece que os títulos e valores mobiliários devem ser classificados dentro das seguintes categorias: títulos para negociação, disponíveis para a venda e mantidos até o vencimento, sendo que para as duas primeiras categorias deve ocorrer o ajuste ao valor de mercado.

d) Operações de crédito, obrigações por repasse e provisão para perdas em operações de crédito

d1. Operações de crédito e obrigações por repasse
As operações de crédito e as obrigações por repasse estão registradas ao valor do principal, incorporando rendimentos e encargos auferidos até a data do balanço, em razão da fluência dos prazos.

Os rendimentos de operações de crédito com atraso igual ou superior a 60 dias são apropriados somente por ocasião do efetivo recebimento dos valores em atraso.

d2. Provisão para perdas em operações de crédito

A classificação das operações de crédito e a constituição das respectivas provisões para perdas são efetuadas observando os parâmetros estabelecidos pela Resolução CMN nº 2.682, de 21 de dezembro de 1999.

A Administração adota a premissa da contagem em dobro dos prazos para constituição da provisão por atraso das operações de crédito com prazo superior a 36 meses e que possuam garantias reais, conforme artigo 4º, parágrafo primeiro, da Resolução CMN nº 2.682, de 21 de dezembro de 1999.

d3. Renegociações

As operações renegociadas são mantidas, no mínimo, no mesmo nível em que estavam classificadas. Quando houver amortização significativa da operação ou quando novos fatos relevantes justificarem a mudança do nível de risco, nos termos da Resolução CMN nº 2.682, de 21 de dezembro de 1999, poderá ocorrer a reclassificação da operação para categoria de menor risco. As renegociações de operações de crédito, anteriormente baixadas como prejuízo, são classificadas como nível "H". Os eventuais ganhos provenientes de renegociações somente são reconhecidos como receita quando efetivamente recebidos.

e) Ativo permanente

O ativo permanente é registrado ao custo de aquisição líquido das respectivas depreciações e amortizações acumuladas, calculadas pelo método linear de acordo com a vida útil estimada dos bens à taxa de:

- 10% para instalações, móveis e equipamentos de uso e sistemas de comunicação;
- 20% para sistemas de processamento de dados;
- 20% para intangíveis.

As cotas de fundos são registradas pelo custo de aquisição, deduzido de provisão para perdas por desvalorização (imparidade), quando aplicável.

f) Demais ativos e passivos

Os demais ativos e passivos são apresentados pelos valores de realização ou liquidação na data do balanço.

g) Tributos

Os tributos são apurados, conforme alíquotas abaixo:

| Tributo | Alíquota |
|---|----------|
| Imposto de Renda (15% + Adicional de 10%) | 25% |
| Contribuição Social sobre o Lucro Líquido - CSLL | 15% |
| PIS | 0,65% |
| Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social - Cofins | 4% |
| Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza - ISSQN | Até 5% |

Conforme a legislação tributária, a Desenvolve SP optou pelo recolhimento mensal do imposto de renda e da contribuição social sobre o lucro líquido com base na estimativa da receita, a título de antecipação do efetivo pagamento, devido no ajuste anual.

Os créditos tributários, referentes ao imposto de renda e contribuição social, são constituídos através das diferenças temporárias entre o resultado contábil e fiscal. A expectativa de realização destes créditos está demonstrada na Nota 14 c.

h) Utilização de Estimativas

As estimativas contábeis são determinadas pela Administração, considerando fatores e premissas estabelecidas com base em julgamento. Itens significativos sujeitos a essas estimativas e premissas incluem as provisões para créditos de liquidação duvidosa e provisões para contingências. A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores divergentes em razão de imprecisões inerentes ao processo de sua determinação. A Administração revisa as estimativas e premissas periodicamente.

i) Contingências

A Instituição segue as diretrizes da Resolução CMN nº 3.823, de 16 de dezembro de 2009, emitida pelo Banco Central do Brasil, referente aos procedimentos aplicáveis no reconhecimento, mensuração e divulgação de provisões, contingências passivas e contingências ativas.

A constituição da provisão para contingências passivas é realizada sempre que a opinião dos assessores jurídicos em relação à perda seja classificada como provável e que haja uma estimativa confiável dos montantes envolvidos. Os passivos contingentes são divulgados em notas explicativas, a menos que seja remota a possibilidade de ocorrer qualquer desembolso na liquidação.

5 - Títulos e valores mobiliários e instrumentos financeiros derivativos

Em 30 de junho de 2014, a carteira de títulos e valores mobiliários estava assim composta:

| | 30.06.2014 | | 30.06.2013 | |
|-------------------------------------|-------------|----------------|----------------|----------------|
| | Curto prazo | Longo prazo | Curto prazo | Longo prazo |
| Letras Financeiras do Tesouro - LFT | - | 460.027 | 111.534 | 453.297 |
| Cotas de Fundos de Renda Fixa | 389 | - | 428 | - |
| Total | 389 | 460.027 | 111.962 | 453.297 |

As Cotas do Fundo de Renda Fixa e Letras Financeiras do Tesouro são custodiadas pelo Banco do Brasil S.A. Em 30 de junho de 2014 e 2013, a Instituição não possuía em aberto operações envolvendo instrumentos financeiros derivativos.

6 - Operações de crédito

a) Carteira por modalidade

| | 30.06.2014 | | 30.06.2013 | |
|--|----------------|----------------|----------------|----------------|
| | Curto prazo | Longo prazo | Curto prazo | Longo prazo |
| Financiamentos | 672.149 | 419.409 | 672.149 | 419.409 |
| Financiamento de Infraestrutura e Desenvolvimento | 124.355 | 114.391 | 124.355 | 114.391 |
| Empréstimos | 86.787 | 126.986 | 86.787 | 126.986 |
| Títulos Descontados | 246 | - | 246 | - |
| Total da Carteira de Crédito | 883.537 | 660.786 | 883.537 | 660.786 |
| Provisão para Crédito de Liquidação Duvidosa | (29.151) | (34.788) | (29.151) | (34.788) |
| Total da Carteira de Crédito Líquido de Provisões | 854.386 | 625.998 | 854.386 | 625.998 |

b) Receitas de operações de crédito

| | 30.06.2014 | | 30.06.2013 | |
|---|---------------|---------------|---------------|---------------|
| | Curto prazo | Longo prazo | Curto prazo | Longo prazo |
| Financiamentos | 32.316 | 18.723 | 32.316 | 18.723 |
| Empréstimos | 5.134 | 7.799 | 5.134 | 7.799 |
| Financiamento de infraestrutura e desenvolvimento | 9.340 | 7.734 | 9.340 | 7.734 |
| Recuperação de créditos baixados como prejuízo | 93 | - | 93 | - |
| Títulos Descontados | 37 | - | 37 | - |
| Total | 46.920 | 34.256 | 46.920 | 34.256 |

d) Carteira por níveis de risco e prazos de vencimento

| | Operações em Curso Normal | | | | | | | | Total da Carteira | Total da Carteira | |
|--------------------------|---------------------------|----------------|----------------|----------------|---------------|--------------|--------------|------------|-------------------|-------------------|----------------|
| | AA | A | B | C | D | E | F | G | | | H |
| | 30.06.2014 | 30.06.2014 | 30.06.2013 | 30.06.2013 | 30.06.2014 | 30.06.2014 | 30.06.2013 | 30.06.2013 | | | |
| Parcelas Vencidas | 412.751 | 145.718 | 158.748 | 110.821 | 16.409 | 7.107 | 1.257 | 90 | 618 | 853.519 | 617.017 |
| 01 a 30 | 8.855 | 3.443 | 4.144 | 2.234 | 489 | 117 | 67 | - | 20 | 19.369 | 17.889 |
| 31 a 60 | 7.660 | 3.253 | 3.543 | 1.142 | 208 | 117 | 66 | 1 | 19 | 16.009 | 15.651 |
| 61 a 90 | 21.535 | 2.925 | 3.707 | 1.351 | 206 | 116 | 65 | 2 | 12 | 29.919 | 15.170 |
| 91 a 180 | 22.206 | 8.767 | 10.017 | 3.713 | 681 | 337 | 187 | 6 | 40 | 45.954 | 46.947 |
| 181 a 360 | 43.744 | 19.211 | 20.022 | 7.722 | 1.523 | 864 | 341 | 12 | 77 | 93.516 | 85.858 |
| Acima de 360 | 308.751 | 108.119 | 117.315 | 94.659 | 13.302 | 5.556 | 531 | 69 | 450 | 648.752 | 435.502 |
| Parcelas Vencidas | - | 536 | 262 | 475 | 142 | 71 | 61 | - | 17 | 1.564 | 2.955 |
| 01 a 30 | - | 536 | 250 | 419 | 72 | 62 | 5 | - | 16 | 1.360 | 2.551 |
| 31 a 60 | - | - | 12 | 56 | 70 | 9 | 56 | - | 1 | 204 | 404 |
| Subtotal | 412.751 | 146.254 | 159.010 | 111.296 | 16.551 | 7.178 | 1.318 | 90 | 635 | 855.083 | 619.972 |

| | Operações em Curso Anormal ^(a) | | | | | | | | Total da Carteira | Total da Carteira | |
|--------------------------|---|----------------|----------------|----------------|---------------|--------------|--------------|--------------|-------------------|-------------------|----------------|
| | AA | A | B | C | D | E | F | G | | | H |
| | 30.06.2014 | 30.06.2014 | 30.06.2013 | 30.06.2013 | 30.06.2014 | 30.06.2014 | 30.06.2013 | 30.06.2013 | | | |
| Parcelas Vencidas | - | - | - | 2.932 | 3.001 | 1.047 | 1.546 | 3.356 | 7.923 | 19.805 | 28.268 |
| 01 a 30 | - | - | - | 79 | 149 | 112 | 190 | 197 | 293 | 1.020 | 1.082 |
| 31 a 60 | - | - | - | 79 | 149 | 112 | 189 | 131 | 291 | 951 | 835 |
| 61 a 90 | - | - | - | 78 | 148 | 112 | 189 | 161 | 210 | 898 | 825 |
| 91 a 180 | - | - | - | 232 | 364 | 236 | 567 | 463 | 626 | 2.488 | 2.698 |
| 181 a 360 | - | - | - | 442 | 463 | 82 | 241 | 830 | 1.151 | 3.209 | 4.873 |
| Acima de 360 | - | - | - | 2.022 | 1.728 | 393 | 170 | 1.574 | 5.352 | 11.239 | 17.955 |
| Parcelas Vencidas | - | - | - | 287 | 659 | 499 | 1.081 | 1.034 | 5.089 | 8.649 | 12.546 |
| 01 a 30 | - | - | - | 85 | 156 | 113 | 190 | 127 | 297 | 968 | 779 |
| 31 a 60 | - | - | - | 86 | 159 | 126 | 218 | 161 | 301 | 1.051 | 929 |
| 61 a 90 | - | - | - | 78 | 111 | 126 | 260 | 133 | 354 | 1.062 | 986 |
| 91 a 180 | - | - | - | 38 | 233 | 129 | 407 | 345 | 1.035 | 2.187 | 3.553 |
| 181 a 360 | - | - | - | - | - | 5 | 6 | 268 | 2.807 | 3.086 | 5.914 |
| Acima de 360 | - | - | - | - | - | - | - | 295 | 295 | 295 | 385 |
| Subtotal | - | - | - | 3.219 | 3.660 | 1.546 | 2.627 | 4.390 | 13.012 | 28.454 | 40.814 |
| Total | 412.751 | 146.254 | 159.010 | 114.515 | 20.211 | 8.724 | 3.945 | 4.480 | 13.647 | 883.537 | 660.786 |

^(a) Operações vencidas acima de 59 dias.

e) Constituição da provisão para operações de crédito por níveis de risco

| Nível de Risco | Provisão % | 3 | |
|----------------|------------|---|--|
|----------------|------------|---|--|

HÁ 5 ANOS INCENTIVANDO O CRESCIMENTO DO ESTADO DE SÃO PAULO.

DESENVOLVE SP
Agência de Desenvolvimento Paulista



5 ANOS

Notas explicativas às Demonstrações Financeiras Semestres findos em 30 de junho de 2014 e 30 de junho de 2013 (Em milhares de Reais)

d) Outras Obrigações – Diversas

| | 30.06.2014 | 30.06.2013 |
|--|--------------|--------------|
| Provisões para despesas de pessoal | 2.355 | 1.803 |
| Fornecedores | 1.759 | 3.069 |
| Adiantamentos por Fundos Garantidores de Operações | 1.518 | - |
| Provisões para despesas administrativas | 839 | 1.240 |
| Credores diversos | 4 | 8 |
| Credores por Créditos a Realizar ^(a) | - | 3.639 |
| Total | 6.475 | 9.759 |

^(a) Referem-se ao valor excedente dos créditos de ICMS, recebidos em quitação de operações de crédito, e o valor contábil das respectivas operações, o qual foi ressarcido aos clientes por ocasião da venda dos créditos.

12 - Desdobramento das contas de resultado

a) Despesas de pessoal

| | 1º Semestre /2014 | 1º Semestre /2013 |
|--|-------------------|-------------------|
| Proventos | 6.528 | 5.171 |
| Encargos sociais | 2.506 | 2.076 |
| Benefícios | 1.659 | 1.543 |
| Honorários de diretores e conselheiros | 1.172 | 1.240 |
| Treinamento | 190 | 211 |
| Estagiários | 171 | 94 |
| Total | 12.226 | 10.335 |

b) Outras despesas administrativas

| | 1º Semestre /2014 | 1º Semestre /2013 |
|---|-------------------|-------------------|
| Propaganda e publicidade ^(a) | 2.664 | 4.238 |
| Processamentos de dados | 1.318 | 1.203 |
| Serviços técnicos especializados | 934 | 764 |
| Patrocínios e relações públicas ^(b) | 919 | 690 |
| Outras (legais e judiciais, copa, cozinha, limpeza, etc.) | 520 | 514 |
| Transporte | 317 | 325 |
| Manutenção e conservação de bens | 247 | 1.280 |
| Publicações | 218 | 125 |
| Serviços de terceiros | 166 | 149 |
| Comunicações | 139 | 109 |
| Vigilância e segurança | 108 | 102 |
| Viagem no país | 101 | 97 |
| Seguros | 98 | 84 |
| Serviços do sistema financeiro | 77 | 128 |
| Depreciação | 70 | 43 |
| Água, energia e gás | 63 | 80 |
| Contribuições filantrópicas | 50 | - |
| Materiais de Escritório | 33 | 85 |
| Amortização | 23 | 18 |
| Total | 8.065 | 10.034 |

^(a) Os gastos com Propaganda e Publicidade incluem publicidade legal, realização de pesquisas, produção de materiais informativos, campanha publicitária, mídia e ações de marketing para divulgação dos produtos oferecidos no mercado com foco na geração de negócios junto ao público alvo, além de divulgar a forma de atuação da Instituição. Já o item Patrocínios e Relações Públicas refere-se substancialmente a gastos relativos à participação em feiras e eventos de negócios, realizados em diversos locais do estado de São Paulo.

c) Despesas tributárias

| | 1º Semestre /2014 | 1º Semestre /2013 |
|------------------------|-------------------|-------------------|
| Contribuição ao COFINS | 2.828 | 2.099 |
| Contribuição ao PIS | 460 | 341 |
| ISSQN | 153 | 62 |
| IPTU | - | 58 |
| Outras | 5 | 15 |
| Total | 3.446 | 2.575 |

13 - Patrimônio líquido

a) Capital social

Em 30 de junho de 2014 e 2013, o capital social de R\$ 1 bilhão está representado por 1.000.000.000 de ações ordinárias de classe única, todas nominativas e sem valor nominal.

b) Dividendos e juros sobre o capital próprio

Em Assembleia Geral Extraordinária realizada em 07/10/2011, foi deliberado que, a partir de 2011, sejam distribuídos 100% do lucro líquido apurado no exercício, observando o limite máximo da distribuição do lucro sobre a forma de juros sobre capital próprio, estabelecido pela legislação, sendo o restante distribuído na forma de dividendos.

b1. Distribuídos

Neste semestre foram distribuídos juros sobre o capital próprio e dividendos, da seguinte forma:

| | 30.06.2014 | 30.06.2013 |
|-------------------------------|--------------|------------|
| Juros sobre o capital próprio | 2.797 | - |
| Dividendos | 3.286 | - |
| Total | 6.083 | - |

b2. A distribuir

Além dos valores distribuídos conforme b1, foram provisionados juros sobre o capital próprio, da seguinte forma:

| | 30.06.2014 | 30.06.2013 |
|-------------------------------|--------------|--------------|
| Juros sobre o capital próprio | 5.937 | 6.920 |
| Total | 5.937 | 6.920 |

Para elaboração da Demonstração de Resultado, os juros sobre o capital são demonstrados posteriormente à apuração do lucro líquido, consoante o artigo 3º da Circular Bacen nº 2.739, de 19 de fevereiro de 1997.

1. APRESENTAÇÃO

O Comitê de Auditoria da Desenvolve SP – Agência de Fomento do Estado de São Paulo S.A. foi instituído em atendimento à resolução nº 3.198, de 27 de maio de 2004, do Conselho Monetário Nacional (CMN) e ao Estatuto Social da Instituição, tendo os seus três membros efetivos, sem mandato fixo, tomado posse formalmente na reunião de 25 de abril de 2013 do Conselho de Administração.

Compete ao Comitê de Auditoria assessorar o referido conselho no desempenho de suas atribuições relacionadas ao acompanhamento das práticas contábeis adotadas na elaboração das demonstrações financeiras da instituição, na qualidade e eficácia dos sistemas de controles internos e de administração de riscos e na indicação e avaliação da efetividade da auditoria independente e da auditoria interna.

O Comitê de Auditoria atua como órgão auxiliar, consultivo e de assessoramento, sem poder decisório ou atribuições executivas. As avaliações do Comitê baseiam-se nas informações recebidas da Administração, dos auditores independentes, da auditoria interna, dos responsáveis pelo gerenciamento de riscos e de controles internos e nas suas próprias análises decorrentes de sua atuação de supervisão e monitoramento.

2. ATIVIDADES REALIZADAS NO PERÍODO

O Comitê de Auditoria reuniu-se formalmente sete vezes no primeiro semestre de 2014, realizando 52 (cinquenta e duas) sessões de debates, análises, esclarecimentos e, quando pertinentes, recomendações de melhorias nos processos de negócios. Essas reuniões envolveram os Conselheiros de Administração, Diretores, Superintendentes e Gerentes da instituição. As atas de reuniões, expressando de forma resumida o conteúdo discutido nas reuniões, e o referido relatório são encaminhadas mensalmente ao Conselho de Administração, e permanecem à disposição dos auditores independentes e da área de fiscalização do Banco Central do Brasil.

O Relatório do Comitê de Auditoria e seu resumo foram aprovados em reunião de 19/08/2014 e imediatamente encaminhados ao Conselho de Administração para conhecimento.

3. RECOMENDAÇÕES APRESENTADAS À DIRETORIA E AO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

O Comitê de Auditoria efetuou recomendações à administração da instituição com o fito de aperfeiçoar os processos de controles internos e a gestão econômico-financeira, incluindo a avaliação e concessão de créditos. Tais recomendações foram analisadas e estão sendo implantadas.

4. AVALIAÇÃO DA EFETIVIDADE DOS SISTEMAS DE CONTROLES INTERNOS

A Administração é responsável pelo desenho e pela implantação de políticas, procedimentos, processos e práticas de controles internos que assegurem a salvaguarda de ativos, o tempestivo reconhecimento de passivos e a identificação, quantificação e mitigação, em níveis aceitáveis, dos fatores de risco da Instituição.

c) Lucro por ação

| | 30.06.2014 | 30.06.2013 |
|-----------------------------|----------------|----------------|
| Lucro líquido do período | 22.127 | 8.967 |
| Número de ações | 1.000.000.000 | 1.000.000.000 |
| Lucro por ação (R\$) | 0,02213 | 0,00897 |

d) Reserva legal

A reserva legal é constituída por 5% do lucro líquido do exercício, limitada a 20% do capital social.

14 - Imposto de renda e contribuição social

a) Demonstrativo de imposto de renda e contribuição social

| | 30.06.2014 | | 30.06.2013 | |
|--------------------------------|----------------|----------------|--------------|--------------|
| | IRPJ | CSLL | IRPJ | CSLL |
| Despesa de imposto de renda | (7.633) | - | (5.501) | - |
| Despesa de contribuição social | - | (4.593) | - | (3.313) |
| Ativo fiscal diferido | 2.017 | 1.210 | 4.940 | 4.561 |
| Total | (5.616) | (3.383) | (561) | 1.248 |

b) Reconciliação do imposto de renda e contribuição social

| | 30.06.2014 | | 30.06.2013 | |
|---|----------------|----------------|----------------|----------------|
| | IRPJ | CSLL | IRPJ | CSLL |
| Resultado antes da tributação sobre o lucro e participações | 31.978 | 31.978 | 9.091 | 9.091 |
| Participação dos empregados | (851) | (851) | (811) | (811) |
| Resultado após a participação dos empregados | 31.127 | 31.127 | 8.280 | 8.280 |
| Encargo total do imposto de renda à alíquota de 25% e contribuição social à alíquota de 15%. | (7.782) | (4.669) | (2.070) | (1.242) |

Ajustes para Cálculo de IR e CSLL:

| | 2014 | 2013 | 2012 | 2011 |
|---|----------------|----------------|----------------|----------------|
| Provisão para créditos de liquidação duvidosa | (3.580) | (2.148) | (5.007) | (3.005) |
| Outras adições | (76) | (49) | (146) | (87) |
| Qualificação Diretoria, Conselho Fiscal e Administração | (74) | 0 | (83) | (50) |
| Contribuições a entidades de classe | (26) | (15) | (23) | (14) |
| Multas | (1) | (1) | (1) | 0 |
| Total das Adições | (3.757) | (2.213) | (5.260) | (3.156) |

| | | | | |
|--|--------------|------------|-----------|-----------|
| Perdas no Recebimento de Operação de Crédito | 1.516 | 910 | 0 | 0 |
| Recuperação de baixas para prejuízo | 23 | 14 | 0 | 0 |
| Outras exclusões | 105 | 55 | 90 | 47 |
| Total das exclusões | 1.644 | 979 | 90 | 47 |

| | | | | |
|------------------------------------|-------|-------|-------|-------|
| Incentivos fiscais | 79 | 0 | 6 | 0 |
| Prorrogação de licença maternidade | 0 | 0 | 3 | 0 |
| Juros sobre capital próprio | 2.183 | 1.310 | 1.730 | 1.038 |

| | | | | |
|--------------------------------|----------------|----------------|----------------|----------------|
| Imposto de Renda e CSLL | (7.633) | (4.593) | (5.501) | (3.313) |
| Ativo fiscal diferido | 2.017 | 1.210 | 4.940 | 4.561 |
| Despesa de IR e CSLL | (5.616) | (3.383) | (561) | 1.248 |

c) Créditos tributários

Os créditos tributários referentes ao Imposto de Renda e Contribuição Social sobre o Lucro Líquido foram constituídos sobre diferenças temporárias, aplicando-se alíquota de 40%, conforme apresentado a seguir:

| Diferenças Temporárias | 31.12.2013 | Baixa | Constituição | 30.06.2014 |
|---|---------------|--------------|--------------|---------------|
| Provisão para créditos de liquidação duvidosa | 22.043 | 2.364 | 5.729 | 25.408 |
| Provisões para despesas administrativas | 190 | 138 | 0 | 52 |
| Total | 22.233 | 2.502 | 5.729 | 25.460 |

As baixas das provisões para despesas administrativas foram efetuadas mediante o pagamento dessas despesas ao longo do exercício, enquanto as baixas relativas à provisão para créditos de liquidação duvidosa foram realizadas em decorrência de prejuízos, de acordo com os prazos definidos na legislação vigente.

A expectativa de realização dos créditos relativos às despesas com provisão para créditos de liquidação duvidosa foi baseada em projeções de resultados futuros e fundamentada em estudo técnico, examinado pelo Conselho Fiscal e aprovado pelos Órgãos da Administração, de acordo com a Circular Bacen nº 3.171, de 30 de dezembro de 2002, conforme demonstrado a seguir:

| | 2014 | 2015 | 2016 | Total |
|----------------|-------|--------|-------|--------|
| Valor nominal | 8.011 | 11.316 | 6.081 | 25.408 |
| Valor presente | 7.607 | 9.604 | 4.631 | 21.842 |

O valor presente dos créditos tributários foi obtido através de desconto pela taxa de juros prevista no estudo técnico realizado para constituição dos créditos tributários.

Neste semestre, não foram gerados créditos tributários não ativados.

15 - Transações com partes relacionadas

A Instituição tem como acionista majoritário o Estado de São Paulo com 99,998% das ações. Os custos com o pessoal-chave da Instituição, formado pelo Conselho de Administração, Diretoria, Conselho Fiscal e Comitê de Auditoria foram:

| | 1º Semestre /2014 | 1º Semestre /2013 |
|---|-------------------|-------------------|
| Benefícios de Curto Prazo | 1.347 | 1.586 |
| Diretoria | 813 | 1.047 |
| Conselho de Administração | 246 | 326 |
| Comitê de Auditoria | 222 | 82 |
| Conselho Fiscal | 66 | 131 |
| Outros Benefícios de Longo Prazo | 148 | - |
| Diretoria | 148 | - |
| Total | 1.495 | 1.586 |

16 - Contingências

A Instituição não possui contingências ativas que requeiram divulgação em notas explicativas. Não há contingências passivas classificadas como prováveis ou possíveis que requeiram registro contábil ou divulgação em notas explicativas.

RESUMO DO RELATÓRIO DO COMITÊ DE AUDITORIA

A Auditoria Interna é responsável por aferir o grau de atendimento ou observância, por todas as áreas da Instituição, dos procedimentos e práticas de controles internos e que estes se encontrem em efetiva aplicação.

A Superintendência de Riscos, Compliance e Normas (SURIC) tem por responsabilidade garantir que os riscos assumidos no desenvolvimento das atividades da instituição estejam em conformidade com os níveis permitidos pelo Banco Central do Brasil e os limites definidos pela alta administração, fazendo com que as regras internas e os controles vigentes sejam conhecidos e cumpridos com rigor.

A KPMG Auditores Independentes é a firma de auditoria responsável por examinar as demonstrações financeiras e emitir opinião quanto ao seu preparo consoante as práticas contábeis adotadas no Brasil.

De forma complementar, como resultado de sua revisão dos controles internos para fins de emitir a opinião sobre as demonstrações financeiras, a Auditoria Independente produz relatório de recomendações sobre práticas contábeis e de controle interno.

Baseado nas informações trazidas ao seu conhecimento, o Comitê de Auditoria registra como positivos os esforços que vêm sendo desenvolvidos pela Administração com vistas a garantir a efetividade dos sistemas de controles internos e de gerenciamento de riscos da instituição. Considera, ainda, que as atribuições e responsabilidades, assim como os procedimentos relativos à avaliação e monitoramento dos riscos legais estão definidos e continuam sendo praticados de acordo com as orientações corporativas.

5. AVALIAÇÃO DA EFETIVIDADE DAS AUDITORIAS INDEPENDENTE E INTERNA

O Comitê mantém um canal regular de comunicação com os auditores internos e independentes, permitindo ampla discussão dos resultados de seus trabalhos, de aspectos contábeis e de controles internos relevantes e, em decorrência, avalia como plenamente satisfatório o volume e a qualidade das informações fornecidas por esses profissionais, as quais apoiam sua opinião acerca da adequação e integridade dos sistemas de controles internos e das demonstrações financeiras. Ademais, não foram identificadas situações que pudessem afetar a objetividade e a independência dos auditores independentes e/ou a autonomia dos auditores internos.

O Comitê de Auditoria acompanhou as atividades realizadas pela Auditoria Interna e pela Auditoria Independente, quer por meio da realização de reuniões periódicas, quer pela revisão dos relatórios emitidos desta data até o presente momento. Os resultados desses trabalhos não trouxeram ao conhecimento do Comitê a existência de riscos residuais que possam afetar a solidez e a continuidade da instituição. Em decorrência, o Comitê de Auditoria avalia positivamente a cobertura e a qualidade dos trabalhos realizados pela Auditoria Interna e pela Auditoria Independente no período de tempo em tela, concernentes às avaliações dos procedimentos e práticas de controles internos da Instituição e auditoria das demonstrações financeiras do semestre findo em 30 de junho de 2014.

17 - Estrutura de Gerenciamento de Riscos e de Capital

Na Desenvolve SP, o gerenciamento de riscos e o gerenciamento de capital é realizado pela SURIC - Superintendência de Controle de Riscos, Compliance e Normas. A SURIC é uma unidade independente, ligada diretamente à Presidência.

Essa superintendência é composta por duas gerências, sendo uma responsável pelo gerenciamento dos riscos de crédito, mercado, liquidez e operacional, além do gerenciamento de capital, e a outra responsável pelas normas e pelos controles internos e Compliance. O Relatório de Descrição da Estrutura de Gerenciamento de Riscos e de Capital está disponível no endereço http://www.desenvolvesp.com.br/portal.php/gestao_riscos, no site da instituição.

18 - Estrutura de Sistemas

A Desenvolve SP desenvolveu modelos e metodologias para que os riscos inerentes às atividades desenvolvidas sejam identificados, avaliados, monitorados e minimizados em um nível aceitável pela alta administração.

Os sistemas utilizados para o gerenciamento de riscos e de capital são implementados, homologados e validados através de modelos proprietários.

19 - Políticas de Gerenciamento de Riscos e de Capital

As Políticas de Gerenciamento de Riscos e de Capital são revisadas anualmente e submetidas para a aprovação da Diretoria Colegiada e do Conselho de Administração. Nelas estão definidas a estrutura, as metodologias e as responsabilidades que devem nortear o gerenciamento de riscos e de capital.

a) Risco Operacional

O MNP – Controles Internos e Compliance, aprovado pela Diretoria Colegiada, contém a metodologia de mapeamento de riscos das atividades da instituição, utilizada para a construção de matrizes de risco e consequente implementação de medidas e planos de melhoria. O acompanhamento sistemático do cumprimento de normativos expedidos pelos órgãos reguladores, a divulgação de Manuais de Normas e Procedimentos internos e as melhorias promovidas nas áreas da Tecnologia da Informação e Gestão de Pessoas complementam as ações de controles internos e contribuem para a mitigação do risco operacional. O valor referente à alocação de capital para o risco operacional é apurado através do cálculo da parcela RWA_{oper}, conforme determina a Circular Bacen nº 3.640, de 04/03/2013. Para esse cálculo, a Desenvolve SP optou pela metodologia da **Abordagem do Indicador Básico**.

b) Risco de Mercado

O risco inerente à flutuação das taxas de juros das operações não classificadas na carteira de negociação (RBAN) é calculado diariamente através do VaR Paramétrico, com 95% de confiança, para o horizonte de um dia. Embora não haja operações registradas na carteira de negociação, a política define, para essas operações, o cálculo do risco de mercado de acordo com normativos divulgados pelo Banco Central do Brasil.

c) Risco de Crédito

O acompanhamento sistemático da evolução da carteira de crédito permite a análise de sua segmentação e o armazenamento de dados para estudos e projeções. O valor referente à alocação de capital para o risco de crédito corresponde ao valor da parcela RWA_{cred}, cujo cálculo é efetuado de acordo com a Circular Bacen nº 3.644, de 04/03/2013.

d) Risco de Liquidez

Além da Política de Gerenciamento do Risco de Liquidez, a Diretoria Colegiada e o Conselho de Administração aprovaram o Plano de Contingência de Liquidez, que determina as ações a serem tomadas em caso de estresse de liquidez.

e) Gerenciamento de Capital

A Política de Gerenciamento de Capital instituiu padrões adequados para o gerenciamento de capital, a fim de avaliar a necessidade de capital para fazer face aos riscos a que a instituição está sujeita.

O Plano de Capital, parte integrante da Política, abrange o período de três anos, sendo consistente com o planejamento estratégico da instituição e determinando medidas de contingência em caso de estresse de capital.

20 - Relatório de Divulgação de Informações Referentes à Gestão de Riscos, à Apuração do Montante dos Ativos Ponderados pelo Risco (RWA) e à Apuração do Patrimônio de Referência (PR)

Os Relatórios de Divulgação de Informações Referentes à Gestão de Riscos, à Apuração do Montante dos Ativos Ponderados pelo Risco (RWA) e à Apuração do Patrimônio de Referência (PR) estão disponíveis no endereço http://www.desenvolvesp.com.br/portal.php/gestao_riscos, no site da instituição.

21 - Evento Subsequente

No encerramento do semestre, há imóvel registrado, no valor de R\$ 5.369, em Bens não de Uso Próprio, que, devido às medidas judiciais adotadas pelo tomador do crédito, deverá ser baixado, gerando despesa no mesmo montante, no 2º semestre de 2014. O referido bem permanecerá alienado fiduciariamente e a Instituição está tomando todas as medidas para a regularização da situação.

22 - Outras Informações

a) Lei nº 12.973

Em 14 de maio de 2014, foi publicada a Lei nº 12.973, resultado da conversão da Medida Provisória nº 627 – MP 627 – que altera a legislação tributária federal sobre IRPJ, CSLL, PIS e COFINS e revoga o RTT – Regime Tributário de Transição.

Após análise da lei, concluiu-se que não haverá impactos relevantes nas demonstrações financeiras da Desenvolve SP.

b) Auto de Infração PIS/COFINS

Em 08 de janeiro de 2014, a Desenvolve SP recebeu o Termo de Início de Fiscalização e Intimação, referente à apuração do PIS e da COFINS, do período compreendido